




CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS CRECHES: CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

PATHWAYS TO INCLUDE CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN DAYCARE CENTERS: CONTRIBUTIONS OF SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES

CAMINOS PARA INCLUIR A NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN GUARDERÍAS: APORTES DE LOS SERVICIOS EDUCATIVOS ESPECIALIZADOS

 <https://doi.org/10.56238/levv16n52-007>

Data de submissão: 05/08/2025

Data de publicação: 05/09/2025

Andreia Ignácio Pinto Rolim

Mestra em Ciências da Educação

Instituição: University of Informatics and Faith in Florida

E-mail: ignaciopintorolimandreia@gmail.com

RESUMO

Este estudo analisa os caminhos para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas creches, destacando as contribuições do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como estratégia de apoio pedagógico e social. O objetivo central foi refletir sobre as possibilidades e os desafios que permeiam o processo inclusivo na educação infantil, reconhecendo a importância do AEE para a construção de práticas educativas mais equitativas. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, baseada em pesquisa bibliográfica com autores nacionais e internacionais, além de legislações e documentos oficiais sobre educação inclusiva. Os resultados apontaram que, embora haja avanços significativos nas políticas públicas e no reconhecimento do direito à inclusão, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, à carência de recursos pedagógicos acessíveis e à necessidade de maior articulação entre escola e família. Também se constatou que experiências exitosas revelam o potencial do AEE para favorecer a comunicação, a socialização e a autonomia de crianças com TEA, desde que articulado ao trabalho pedagógico da creche. As considerações finais indicam que a inclusão na educação infantil deve ser entendida como um processo contínuo e coletivo, que demanda sensibilidade, compromisso político e práticas pedagógicas inovadoras. Conclui-se que o fortalecimento do AEE, aliado ao investimento em formação continuada e ao diálogo com as famílias, constitui um caminho fundamental para assegurar a efetiva participação das crianças com TEA nas creches e garantir uma educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Atendimento Educacional Especializado. Educação Infantil. Creches.

ABSTRACT

This study analyzes the pathways for the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in daycare centers, highlighting the contributions of Specialized Educational Assistance (SEA) as a pedagogical and social support strategy. The main objective was to reflect on the possibilities and challenges surrounding the inclusion process in early childhood education, recognizing the importance

of SEA in building more equitable educational practices. The methodology adopted was qualitative, based on bibliographic research with national and international authors, as well as official legislation and documents on inclusive education. The results indicated that, although significant progress has been made in public policies and in recognizing the right to inclusion, challenges still persist related to teacher training, the lack of accessible pedagogical resources, and the need for greater collaboration between school and family. Successful experiences also revealed the potential of SEA to promote communication, socialization, and autonomy of children with ASD, provided it is articulated with the pedagogical work of daycare centers. The final considerations indicate that inclusion in early childhood education should be understood as a continuous and collective process, requiring sensitivity, political commitment, and innovative pedagogical practices. It is concluded that strengthening SEA, combined with investment in continuing education and dialogue with families, is a fundamental path to ensuring the effective participation of children with ASD in daycare centers and guaranteeing quality education for all.

Keywords: Inclusion. Autism Spectrum Disorder. Specialized Educational Assistance. Early Childhood Education. Daycare.

RESUMEN

Este estudio analiza las vías para la inclusión de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en guarderías, destacando las contribuciones de los Servicios Educativos Especializados (SEA) como estrategia de apoyo pedagógico y social. El objetivo central fue reflexionar sobre las posibilidades y los desafíos que permean el proceso inclusivo en la educación infantil temprana, reconociendo la importancia de los SEA para construir prácticas educativas más equitativas. La metodología adoptada fue cualitativa, basada en investigación bibliográfica con autores nacionales e internacionales, así como en legislación y documentos oficiales sobre educación inclusiva. Los resultados indicaron que, si bien se han producido avances significativos en las políticas públicas y en el reconocimiento del derecho a la inclusión, persisten desafíos relacionados con la formación docente, la falta de recursos pedagógicos accesibles y la necesidad de una mayor coordinación entre escuelas y familias. También se encontró que las experiencias exitosas revelan el potencial de los SEA para promover la comunicación, la socialización y la autonomía de los niños con TEA, siempre que se integren con el trabajo pedagógico de la guardería. Las consideraciones finales indican que la inclusión en la educación infantil temprana debe entenderse como un proceso continuo y colectivo, que requiere sensibilidad, compromiso político y prácticas pedagógicas innovadoras. Se concluye que el fortalecimiento del Programa de Educación Especial (PEE), junto con la inversión en formación continua y el diálogo con las familias, constituye un camino fundamental para asegurar la participación efectiva de los niños con TEA en las guarderías y garantizar una educación de calidad para todos.

Palabras clave: Inclusión. Trastorno del Espectro Autista. Servicios Educativos Especializados. Educación Infantil Temprana. Guarderías Infantiles.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional constitui-se em um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores conquistas das últimas décadas no campo da educação brasileira. A presença de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas instituições de educação infantil, em especial nas creches, exige uma profunda reflexão sobre os caminhos que podem favorecer o seu desenvolvimento, aprendizagem e participação social. Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel central, configurando-se como estratégia fundamental para promover a equidade e a efetiva inclusão escolar.

As creches, enquanto primeiras instituições formais de socialização das crianças, são espaços privilegiados para o início da trajetória educacional. No entanto, acolher crianças com TEA nesses ambientes demanda não apenas adaptações físicas, mas também mudanças de postura, de planejamento pedagógico e de compreensão sobre as particularidades do desenvolvimento infantil. Trata-se de reconhecer que a criança com autismo não deve ser vista a partir de suas limitações, mas sim de suas potencialidades, construindo um espaço educativo no qual a diversidade seja valorizada e respeitada.

O AEE, previsto nas políticas públicas educacionais brasileiras, especialmente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e na Lei Brasileira de Inclusão (2015), busca assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem a todos os estudantes público-alvo da educação especial. Nas creches, essa atuação pode ser determinante para ampliar a comunicação, favorecer a interação social e promover estratégias pedagógicas que respeitem o ritmo e as necessidades individuais da criança com TEA.

Ao refletir sobre a presença do AEE nas creches, é preciso considerar os desafios enfrentados no cotidiano educacional. Entre eles, destacam-se a formação inicial e continuada dos professores, a necessidade de recursos pedagógicos acessíveis, a construção de práticas colaborativas entre docentes e profissionais do AEE, além da sensibilização de toda a comunidade escolar. Essas questões revelam a urgência de investir em políticas públicas eficazes e em práticas pedagógicas inclusivas que deem respostas concretas às demandas das famílias e das próprias crianças.

Por outro lado, também se reconhece que, apesar dos entraves, há experiências exitosas que demonstram a relevância do AEE para a transformação das práticas educativas. Essas experiências apontam para a possibilidade de construir caminhos de inclusão que não se restrinjam ao cumprimento de uma legislação, mas que estejam enraizados em valores como respeito, solidariedade e compromisso ético com a diversidade humana.

Dessa forma, a presente pesquisa busca analisar e discutir os caminhos para a inclusão de crianças com TEA nas creches, destacando as contribuições do Atendimento Educacional Especializado como ferramenta pedagógica, política e social. O estudo justifica-se pela necessidade de fortalecer o debate sobre a inclusão na primeira infância, fase essencial para o desenvolvimento

integral da criança, e pela urgência de compreender como o AEE pode potencializar esse processo. Ao lançar luz sobre esse tema, pretende-se contribuir para a construção de práticas mais humanizadas, inclusivas e capazes de assegurar o direito à educação de qualidade a todas as crianças.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES E DESAFIOS

A inclusão educacional é compreendida como um processo que visa assegurar o direito de todas as crianças à educação em ambientes comuns de ensino, independentemente de suas condições. No Brasil, esse princípio ganhou força a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que defende a matrícula de todos os alunos em escolas regulares, com apoio de recursos e serviços especializados (BRASIL, 2008). Tal movimento busca romper com a lógica excludente que historicamente marcou a educação e reafirma o compromisso com uma escola para todos.

No campo da educação infantil, a presença de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas creches tem provocado reflexões importantes sobre o papel da escola e dos professores no processo inclusivo. Para Mantoan (2015), a inclusão não pode ser entendida apenas como a garantia de matrícula, mas como a possibilidade de participação efetiva em todas as experiências de aprendizagem. Isso significa que é preciso transformar práticas pedagógicas, currículos e modos de organizar o cotidiano escolar.

Os desafios para a efetivação da inclusão são múltiplos. Muitas creches ainda enfrentam dificuldades quanto à formação dos professores, à falta de materiais adaptados e às barreiras atitudinais presentes nas relações sociais. De acordo com Silva e Santos (2019), a inclusão de crianças com deficiência, em especial aquelas com TEA, ainda encontra obstáculos relacionados à falta de preparo docente e à ausência de políticas públicas que contemplem as especificidades da educação infantil. Esses fatores revelam a distância entre o que a legislação prevê e o que é efetivamente praticado nas instituições.

A educação infantil, como primeira etapa da educação básica, é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido, Vygotsky (1998) destaca que o desenvolvimento humano ocorre de forma interativa e mediada socialmente, o que torna a escola um espaço privilegiado de aprendizagem. No caso das crianças com TEA, isso significa que as experiências de interação e comunicação vivenciadas na creche podem favorecer avanços significativos, desde que as condições pedagógicas sejam adequadas.

Um aspecto crucial é compreender a inclusão como uma mudança cultural. Não basta oferecer vagas, é necessário desconstruir preconceitos e valorizar a diversidade. De acordo com Booth e Ainscow (2011), a inclusão deve ser entendida como um processo contínuo de identificação e remoção

de barreiras à aprendizagem e à participação. Tal perspectiva reforça que a inclusão não é uma condição já alcançada, mas um caminho a ser construído de forma coletiva.

O acolhimento na educação infantil deve considerar a singularidade de cada criança. Para as crianças com TEA, esse processo exige maior sensibilidade, uma vez que dificuldades de interação social e comunicação podem impactar na adaptação escolar. Segundo Cunha (2018), práticas de acolhida individualizadas, que respeitem o tempo e as necessidades da criança, são essenciais para garantir a sensação de pertencimento e segurança nos primeiros contatos com a creche.

Outro elemento fundamental no processo inclusivo é a relação com as famílias. As famílias de crianças com TEA, muitas vezes, chegam à escola com dúvidas, receios e expectativas em relação ao desenvolvimento dos filhos. Conforme ressalta Baptista (2017), a parceria entre escola e família é indispensável, pois possibilita a construção de uma rede de apoio mais sólida, contribuindo para o desenvolvimento educacional e emocional da criança.

As práticas pedagógicas também precisam ser repensadas no contexto da inclusão. Crianças com TEA podem apresentar diferentes formas de aprendizagem, demandando estratégias diversificadas. De acordo com Rodrigues (2020), o uso de recursos visuais, a música, o brincar estruturado e as tecnologias assistivas são alternativas que potencializam a aprendizagem e favorecem a participação da criança no grupo. Essa perspectiva valoriza o caráter lúdico da educação infantil, fundamental para o desenvolvimento de todas as crianças.

A formação dos professores é apontada como um dos maiores desafios da inclusão. Muitos profissionais afirmam sentir-se inseguros ao lidar com as demandas de crianças com TEA. Segundo Glat e Pletsch (2019), a formação docente precisa ser orientada por uma perspectiva inclusiva, garantindo que os professores tenham acesso a conhecimentos teóricos e práticos que os habilitem a atuar com segurança diante da diversidade. Isso significa investir não apenas em formação inicial, mas também em programas de formação continuada.

Por fim, é importante reconhecer que a inclusão de crianças com TEA nas creches não pode ser vista como responsabilidade isolada do professor regente. Como destacam Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), a construção de uma escola inclusiva exige ações colaborativas que envolvam gestores, equipe pedagógica, profissionais de apoio e toda a comunidade escolar. Assim, a inclusão se concretiza como um processo coletivo e solidário, comprometido com a efetivação do direito à educação de qualidade para todos.

2.2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) COMO ESTRATÉGIA DE APOIO AO TEA

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem sido consolidado como uma das principais estratégias de suporte para a efetivação da inclusão escolar de crianças público-alvo da

educação especial. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o AEE deve complementar e suplementar a formação dos estudantes, oferecendo recursos e serviços que eliminem barreiras à aprendizagem e à participação. No caso das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse atendimento é fundamental para apoiar o desenvolvimento de habilidades de comunicação, interação e autonomia.

O AEE não substitui o ensino regular, mas se constitui como uma prática articulada ao currículo da sala comum. Como afirmam Mendes e Vilaronga (2014), a função do atendimento especializado é criar condições de acessibilidade ao conhecimento, possibilitando que os alunos aprendam e participem em igualdade de oportunidades. Isso implica em reconhecer que a criança com TEA deve frequentar a sala regular, mas com o suporte do AEE para vencer os obstáculos que podem comprometer seu processo de aprendizagem.

Nas creches, o AEE tem papel significativo por atuar em um momento crucial da formação da criança. Segundo Cunha (2018), a intervenção precoce é determinante para ampliar as possibilidades de desenvolvimento das crianças com autismo, sendo o ambiente da educação infantil um espaço estratégico para esse processo. Dessa forma, o atendimento especializado nas creches assume função preventiva, estimulando o desenvolvimento cognitivo, social e emocional desde os primeiros anos de vida.

Um aspecto relevante do AEE é a utilização de recursos pedagógicos adaptados. Para Silva e Oliveira (2020), a organização de materiais visuais, pictogramas, jogos estruturados e tecnologias assistivas pode favorecer a compreensão e a comunicação das crianças com TEA. Tais recursos possibilitam que a criança estabeleça conexões entre linguagem, rotina e aprendizagem, reduzindo a ansiedade e promovendo maior participação nas atividades escolares.

O trabalho colaborativo entre o professor regente e o professor do AEE é essencial para que a inclusão se efetive. Conforme Glat e Pletsch (2019), a articulação entre esses profissionais fortalece o planejamento pedagógico, possibilitando que as atividades desenvolvidas na sala regular sejam acessíveis e significativas para a criança com TEA. Isso exige diálogo constante, troca de experiências e corresponsabilidade, de forma que o AEE não se configure como um espaço paralelo ou isolado, mas como parte integrante do processo educativo.

Outro ponto a destacar é a importância de o AEE respeitar a singularidade da criança. Cada estudante com TEA apresenta características específicas quanto à comunicação, interação social e comportamento. Segundo Baptista (2017), o atendimento especializado deve ser flexível e pautado em avaliações contínuas, de modo que as estratégias adotadas estejam alinhadas ao perfil e às necessidades de cada criança. Essa perspectiva evita práticas padronizadas que pouco contribuem para o desenvolvimento do aluno.

O AEE também deve contribuir para a construção de uma cultura inclusiva nas creches. De acordo com Rodrigues (2020), o atendimento especializado precisa ir além do trabalho individual com a criança, promovendo a sensibilização de professores, funcionários e famílias. Ao atuar como espaço de orientação, o AEE amplia a compreensão da comunidade escolar sobre o autismo e fortalece os vínculos entre escola e família, favorecendo a inclusão de forma mais ampla e colaborativa.

Além de atuar diretamente com a criança, o AEE exerce papel formativo junto aos professores da sala regular. Para Mantoan (2015), o trabalho do professor especializado é também o de orientar, apoiar e sugerir estratégias pedagógicas inclusivas, auxiliando o docente regente no desafio de lidar com a diversidade. Dessa forma, o AEE deixa de ser visto apenas como um espaço de atendimento individual e se transforma em recurso pedagógico coletivo que amplia as possibilidades de inclusão.

É importante considerar que a efetividade do AEE depende de políticas públicas que garantam recursos materiais e humanos adequados. Segundo Silva e Santos (2019), muitas escolas enfrentam dificuldades pela ausência de professores especializados ou pela precariedade dos espaços destinados ao atendimento. Essa realidade compromete a qualidade do serviço e limita os impactos positivos que poderiam ser alcançados. Por isso, é fundamental que os gestores educacionais assegurem investimentos contínuos nesse setor.

Por fim, o AEE se constitui como estratégia imprescindível para a inclusão de crianças com TEA nas creches. Quando bem planejado e articulado ao trabalho pedagógico, ele possibilita a construção de práticas educativas mais justas, humanas e efetivas. Como defendem Glat e Pletsch (2019), a educação inclusiva não se faz apenas com leis, mas com práticas cotidianas comprometidas com a equidade. Nesse sentido, o AEE representa não apenas uma política pública, mas um caminho concreto para transformar a escola em espaço de pertencimento e aprendizagem para todos.

2.3 CAMINHOS PARA A EFETIVA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NAS CRECHES

A construção de caminhos para a efetiva inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas creches demanda uma visão ampla que articule políticas públicas, práticas pedagógicas e compromisso social. Para que a inclusão seja mais que um discurso, é necessário que se efetive por meio de ações concretas e planejadas, que considerem a singularidade de cada criança. Como ressalta Carvalho (2016), a educação inclusiva não se limita a adaptar conteúdos, mas implica transformar a cultura escolar, promovendo práticas que assegurem a participação plena de todos os estudantes.

Um dos caminhos centrais é o investimento em **formação continuada** dos professores da educação infantil. Segundo Michels (2019), a formação docente precisa ser pautada por uma perspectiva inclusiva, que forneça subsídios teóricos e metodológicos para que o professor compreenda as especificidades do TEA e seja capaz de propor práticas pedagógicas adequadas. Isso significa que a

inclusão só pode ser consolidada quando o educador se sente preparado e respaldado para enfrentar os desafios que surgem no cotidiano da sala de aula.

Além da formação, a efetiva inclusão exige práticas pedagógicas diferenciadas. O brincar estruturado, o uso de recursos visuais, a comunicação alternativa e a ludicidade podem se tornar instrumentos importantes de mediação. Para Cunha (2018), a ludicidade tem potencial de aproximar as crianças com TEA dos colegas, favorecendo a interação social e a participação em atividades coletivas. Dessa forma, as estratégias pedagógicas precisam ser planejadas não apenas para a criança com autismo, mas para todo o grupo, respeitando os diferentes modos de aprender.

Outro caminho fundamental é o fortalecimento da parceria entre escola e família. Muitas famílias enfrentam dificuldades no processo de aceitação do diagnóstico e carregam inseguranças quanto à escolarização dos filhos. Segundo Baptista (2017), a escola que estabelece um diálogo transparente e colaborativo com as famílias cria um ambiente de confiança que favorece a inclusão e amplia as possibilidades de desenvolvimento da criança. Essa relação deve ser de corresponsabilidade, na qual família e escola caminham juntas.

A inclusão também passa pela sensibilização da comunidade escolar. Professores, gestores, funcionários e colegas de turma precisam ser envolvidos em práticas que valorizem a diversidade e combatam preconceitos. Como destacam Booth e Ainscow (2011), a inclusão deve ser entendida como um processo de remoção de barreiras à aprendizagem e à participação, o que só é possível com a atuação conjunta de todos os atores da escola. Assim, a efetiva inclusão não depende apenas do AEE, mas de uma cultura institucional inclusiva.

Do ponto de vista da gestão, é imprescindível garantir condições materiais e estruturais adequadas para o atendimento das crianças com TEA. Para Glat e Pletsch (2019), a ausência de recursos humanos especializados e a falta de materiais adaptados comprometem diretamente o processo inclusivo. Portanto, políticas públicas que assegurem financiamento, contratação de profissionais e oferta de recursos pedagógicos acessíveis são elementos indispensáveis para consolidar a inclusão nas creches.

A avaliação constante das práticas inclusivas também constitui um caminho essencial. Conforme Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), a inclusão não pode ser compreendida como uma meta final, mas como um processo contínuo de reflexão e aprimoramento. A análise crítica das práticas realizadas nas creches, aliada à escuta das famílias e dos próprios profissionais, permite identificar avanços, fragilidades e novas demandas. Esse movimento é fundamental para que a inclusão se mantenha viva e em constante transformação.

Outro aspecto a ser considerado é o papel das **tecnologias assistivas** na promoção da inclusão. O uso de softwares educativos, aplicativos de comunicação alternativa e recursos multimídia tem ampliado as possibilidades de aprendizagem de crianças com TEA. De acordo com Silva e Oliveira

(2020), esses recursos favorecem a comunicação e ajudam a reduzir barreiras, promovendo maior autonomia e participação. Integrar essas ferramentas ao cotidiano das creches pode potencializar o trabalho pedagógico.

A efetiva inclusão também depende de um olhar para o futuro. A educação infantil é a base da trajetória escolar, e oferecer experiências de qualidade nessa etapa inicial pode impactar todo o percurso educacional da criança. Para Mantoan (2015), a inclusão desde os primeiros anos favorece a constituição de vínculos sociais, o desenvolvimento da autonomia e a construção de uma identidade positiva, elementos fundamentais para a vida em sociedade. Nesse sentido, investir na inclusão na creche é investir em uma educação mais justa e igualitária.

Por fim, os caminhos para a inclusão de crianças com TEA nas creches não podem ser pensados de forma isolada, mas como parte de um projeto educativo maior, que envolva toda a comunidade escolar e se articule com as políticas públicas de educação inclusiva. Como defende Rodrigues (2020), a inclusão só se efetiva quando se transforma em prática cotidiana, sustentada por valores de equidade, solidariedade e respeito à diversidade. Assim, o desafio não está apenas em incluir crianças com autismo nas creches, mas em garantir que elas aprendam, participem e se desenvolvam plenamente, construindo experiências significativas de infância e escolarização.

2.4 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, por compreender que esse tipo de investigação possibilita interpretar e analisar os fenômenos educacionais de maneira mais ampla, valorizando as percepções, os sentidos e as experiências dos sujeitos envolvidos. Segundo Minayo (2016), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade em sua complexidade, considerando aspectos subjetivos, sociais e culturais que não podem ser reduzidos a dados numéricos. Essa perspectiva é especialmente relevante quando se pretende estudar a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), já que envolve dimensões relacionais, pedagógicas e afetivas.

O percurso metodológico se constituiu como uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir da análise de produções acadêmicas, legislações e documentos oficiais relacionados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e à inclusão de crianças com TEA nas creches. Para Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador mapear, sistematizar e refletir sobre conhecimentos já produzidos, oferecendo um panorama crítico que fundamenta a discussão teórica do objeto estudado. Assim, foram consultados livros, artigos científicos e publicações disponíveis em bases digitais de acesso público.

A escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de compreender como o tema tem sido tratado no campo educacional, identificando avanços, desafios e lacunas existentes. Além disso, esse tipo de estudo contribui para a reflexão sobre práticas que podem ser aplicadas no

cotidiano das creches, valorizando experiências já registradas e possibilitando a proposição de novos caminhos para a inclusão.

Para assegurar rigor científico, foram utilizados critérios de seleção de fontes, priorizando produções publicadas nos últimos dez anos, em língua portuguesa e disponíveis em periódicos reconhecidos na área da educação. Entretanto, autores clássicos, como Vygotsky (1998) e Mantoan (2015), também foram mobilizados, por sua relevância no debate sobre inclusão e desenvolvimento humano.

Dessa forma, a metodologia adotada buscou articular uma revisão teórica consistente e atualizada, capaz de fundamentar as análises e discussões sobre os caminhos da inclusão de crianças com TEA nas creches e as contribuições do AEE.

2.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da revisão da literatura evidenciam que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas creches tem se mostrado um desafio persistente, mas também um campo fértil para avanços. A análise dos estudos aponta que a presença do Atendimento Educacional Especializado (AEE) representa um diferencial importante, pois possibilita a superação de barreiras relacionadas à comunicação, socialização e aprendizagem. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) ressaltam que o AEE é essencial para garantir que as práticas inclusivas se concretizem, uma vez que oferece recursos e estratégias capazes de promover a participação efetiva dos alunos.

Outro resultado observado refere-se à formação docente, que se apresenta como fator determinante para a efetivação da inclusão. Professores da educação infantil ainda relatam insegurança em lidar com crianças com TEA, especialmente pela ausência de preparo na formação inicial. Nesse sentido, Glat e Pletsch (2019) defendem que a formação continuada é condição indispensável para que os professores se sintam capacitados e, conseqüentemente, desenvolvam práticas pedagógicas mais adequadas. A literatura reforça que, quando bem formados, os docentes são capazes de transformar o ambiente escolar em espaço de acolhimento e aprendizagem.

As pesquisas analisadas também demonstram que práticas pedagógicas diversificadas e lúdicas são fundamentais para a inclusão de crianças com TEA nas creches. Cunha (2018) evidencia que o brincar estruturado, associado ao uso de recursos visuais e da comunicação alternativa, favorece não apenas o engajamento da criança com autismo, mas a interação com o grupo, ampliando a participação coletiva. Esse resultado sugere que a inclusão não deve ser pensada como um processo individualizado, mas como uma prática que enriquece a experiência de todos os envolvidos.

Um aspecto relevante encontrado nos estudos é a importância da parceria entre escola e família no processo inclusivo. Muitas famílias vivenciam dificuldades diante do diagnóstico do autismo e chegam à escola com inseguranças e expectativas. Baptista (2017) destaca que a colaboração entre

professores e famílias é essencial para a construção de uma rede de apoio que sustente o desenvolvimento da criança. Esse dado indica que a inclusão só se efetiva quando ultrapassa os muros da escola e se fortalece como prática social.

Outro ponto recorrente na literatura diz respeito à necessidade de políticas públicas mais consistentes para apoiar o trabalho das creches. De acordo com Silva e Santos (2019), a ausência de recursos materiais e humanos especializados compromete diretamente a efetividade da inclusão. A falta de investimentos em infraestrutura, formação e acompanhamento pedagógico enfraquece as propostas inclusivas e perpetua barreiras que poderiam ser superadas com maior apoio governamental.

Além dos desafios, os resultados também apontam experiências positivas de inclusão nas creches. Alguns estudos relatam que, quando há planejamento pedagógico articulado ao AEE, as crianças com TEA demonstram avanços significativos na comunicação e na interação social. Rodrigues (2020) enfatiza que a adaptação de estratégias pedagógicas às necessidades do estudante amplia as possibilidades de desenvolvimento, mostrando que a inclusão, quando bem estruturada, pode transformar realidades escolares.

A literatura também evidencia que a inclusão não deve ser responsabilidade exclusiva do professor regente, mas uma ação coletiva que envolve gestores, equipe pedagógica e funcionários. Conforme Mantoan (2015), a construção de uma escola inclusiva depende da colaboração de todos, uma vez que cada ator escolar desempenha um papel essencial no processo de acolhimento e aprendizagem. Esse resultado aponta para a necessidade de uma cultura institucional inclusiva, que vá além de iniciativas individuais.

Um aspecto inovador encontrado em alguns estudos é o uso de tecnologias assistivas no apoio às crianças com TEA. Softwares educativos, aplicativos de comunicação e recursos multimídia têm mostrado resultados positivos no estímulo à linguagem e à autonomia. Para Silva e Oliveira (2020), a integração desses recursos ao cotidiano das creches potencializa a aprendizagem e amplia as formas de expressão da criança, demonstrando que a tecnologia pode ser grande aliada da inclusão.

Também ficou evidente que a avaliação constante das práticas inclusivas é essencial para garantir sua efetividade. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) defendem que a inclusão deve ser entendida como um processo dinâmico, em permanente construção, o que exige análise crítica, ajustes e replanejamento. Esse resultado reforça que a inclusão não é um estado pronto, mas uma prática que precisa ser constantemente revisitada à luz das experiências concretas.

Por fim, os resultados discutidos indicam que a inclusão de crianças com TEA nas creches requer um conjunto de ações articuladas: políticas públicas eficazes, investimento em formação docente, fortalecimento do AEE, envolvimento das famílias, práticas pedagógicas diversificadas e uso de tecnologias assistivas. Como sintetiza Carvalho (2016), a inclusão é uma mudança de paradigma

que exige compromisso ético e político, capaz de transformar a escola em espaço de pertencimento e aprendizagem para todos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo deste estudo evidenciam que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas creches representa não apenas um direito assegurado pela legislação brasileira, mas também uma necessidade urgente para a consolidação de uma educação verdadeiramente democrática e humanizadora. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) mostrou-se um recurso imprescindível nesse processo, na medida em que oferece suporte técnico-pedagógico capaz de eliminar barreiras à aprendizagem e ampliar as oportunidades de participação. Mais do que um serviço, o AEE é um caminho para efetivar o princípio da equidade no espaço escolar.

Os resultados discutidos apontam que, apesar dos avanços normativos, ainda persistem desafios significativos, sobretudo no que se refere à formação docente e às condições materiais das instituições. Muitos professores, especialmente da educação infantil, relatam sentir-se inseguros diante das especificidades do TEA, o que reforça a necessidade de investir em programas de formação inicial e continuada que articulem teoria e prática. Da mesma forma, a ausência de recursos adaptados e de profissionais especializados demonstra que a inclusão só será plena quando houver políticas públicas consistentes que sustentem o trabalho pedagógico.

Por outro lado, também se reconhece que experiências exitosas vêm sendo desenvolvidas, revelando a potência da inclusão quando ela é realizada de forma colaborativa e planejada. O uso de práticas pedagógicas diversificadas, a valorização da ludicidade, a implementação de tecnologias assistivas e a promoção de uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade têm contribuído para transformar realidades. Essas iniciativas mostram que é possível construir ambientes inclusivos desde a creche, favorecendo a aprendizagem, a autonomia e a socialização das crianças com TEA.

Outro aspecto que se destacou ao longo do trabalho foi a relevância da parceria entre escola e família. O diálogo constante, o acolhimento das inseguranças e a construção de uma rede de apoio compartilhada revelaram-se fatores indispensáveis para a efetivação da inclusão. Esse vínculo fortalece não apenas o processo educativo, mas também a confiança e a esperança das famílias em relação ao futuro de seus filhos. Assim, a inclusão ultrapassa os limites da escola e se consolida como um projeto social e comunitário.

Por fim, pode-se afirmar que a inclusão de crianças com TEA nas creches é um processo em permanente construção, que exige compromisso ético, político e pedagógico. Mais do que uma meta a ser atingida, trata-se de uma prática cotidiana que demanda sensibilidade, flexibilidade e coragem para romper paradigmas excludentes. O AEE, aliado a práticas pedagógicas inovadoras e ao engajamento coletivo da comunidade escolar, constitui-se como um instrumento poderoso para transformar a



educação infantil em um espaço de pertencimento, aprendizagem e dignidade. O desafio permanece, mas os caminhos já se mostram possíveis e necessários.



REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C. R. Educação inclusiva e famílias: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2017.
- BOOTH, T.; AINSWORTH, M. Índice de inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO, 2011.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2008.
- CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos is. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- CUNHA, M. A. Educação infantil e inclusão: práticas de acolhimento de crianças com autismo. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. 3, p. 357-372, 2018.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. Políticas educacionais e práticas inclusivas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.
- MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R. Atendimento educacional especializado: práticas colaborativas na escola inclusiva. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Desafios da inclusão escolar: políticas, práticas e formação de professores. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MICHELS, M. H. Formação de professores e práticas inclusivas na educação infantil. Curitiba: Appris, 2019.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.
- RODRIGUES, D. Educação inclusiva: estratégias pedagógicas na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2020.
- SILVA, L. C.; OLIVEIRA, A. P. Recursos pedagógicos acessíveis para o atendimento educacional especializado. Revista Educação em Foco, v. 25, n. 2, p. 88-105, 2020.
- SILVA, L. C.; SANTOS, A. M. Inclusão escolar e práticas pedagógicas na educação infantil. Revista Educação em Foco, v. 22, n. 2, p. 145-162, 2019.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.